

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.491 - RJ
(2018/0281185-8)**

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
EMBARGANTE : SPE PAU FERRO 1158 - EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA
EMBARGANTE : CALÇADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A
ADVOGADOS : ALEXANDRE VARELLA PIRES DA SILVA - RJ154217
EDUARDO ABREU BIONDI - RJ136258
RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA FILHO - RJ195831
CAMILA DONATO JORDÃO - RJ208862
EMBARGADO : CARLEUZA MARIA DE FRANCA MOURAO
EMBARGADO : DAILTON EUSTAQUIO MOURAO
ADVOGADO : DIOGO DE FRANÇA MOURÃO - RJ150275

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO VERIFICADA. HONORÁRIOS RECURSAIS. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por SPE PAU FERRO 1158 - EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. e OUTRA à decisão de fls. 677-683 (e-STJ) assim ementada:

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA. INTEMPESTIVIDADE AFASTADA EM JUÍZO DE RECONSIDERAÇÃO. COMPROVAÇÃO DE SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DE LEI. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. RESCISÃO CONTRATUAL. DESISTÊNCIA DOS ADQUIRENTES. PERCENTUAL DE RETENÇÃO FIXADO EM 20%. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. AGRADO CONHECIDO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

Em suas razões (fls. 685-689, e-STJ), alegam as embargantes a existência de

Superior Tribunal de Justiça

omissão do *decisum* no que se refere à fixação de honorários recursais, nos termos do que dispõe o art. 85, § 11, do CPC/2015.

Sem impugnação, conforme certificado à fl. 692 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; ou corrigir erro material.

O recurso em comento visa unicamente aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo por finalidade revisar ou anular decisões. Apenas excepcionalmente, ante o esclarecimento de obscuridade, desfazimento de contradição ou supressão de omissão, os aclaratórios se prestam a modificar o julgado.

A propósito:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO. REQUISITOS PARA PERCEPÇÃO. ART. 56, INCISO III, §§ 4 E 5º, DA LEI 11.907/09. AUSÊNCIA DE REGULAMENTAÇÃO. IMPERTINÊNCIA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS APONTADOS COMO VIOLADOS. INCAPACIDADE DE INFIRMAR O ARESTO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FUNDAMENTO NÃO COMBATIDO. SÚMULA 283/STF. SÚMULA 126/STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS DO ART. 1.022 DO CPC/2015. PRETENSÃO DE REEXAME E ADOÇÃO DE Tese DISTINTA.

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material.

2. Não são cabíveis os embargos de declaração cujo objetivo é ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com tese distinta.

3. O acórdão embargado foi categórico ao afirmar que o Tribunal a quo, ao entender pela necessidade de regulamentação da Lei 11.907/2009 para a concessão da Gratificação de Qualificação aos detentores de curso de graduação, não analisou a tese de que a regulamentação da matéria está prevista na LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

4. Também não discutiu a instância de origem o preenchimento pelo autor dos requisitos previstos no art. 56, inciso III, §§ 4 e 5º, da Lei 11.907/09 para a concessão da Gratificação de Qualificação,

Superior Tribunal de Justiça

porquanto considerou aquele Tribunal que o pagamento da vantagem estava condicionado à regulamentação pelo Executivo, conforme expresso no § 6º do mesmo dispositivo legal, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2013.

5. Os artigos de lei apontados como violados são considerados impertinentes quando não possuem comandos legais suficientes para afastar a tese adotada no acórdão regional.

6. Não foi rebatido (Súmula 283/STF), tampouco impugnado por meio de recurso extraordinário (Súmula 126/STJ), o fundamento da Corte de origem, no sentido de que o poder regulamentar "trata-se de verdadeira prerrogativa da Administração Pública a definição desses critérios, e o Poder Judiciário não pode vir substituir a vontade da Administração. Assim, a sentença vergastada, ao fazê-lo, de fato viola a separação de Poderes." (fl. 292, e-STJ).

Embargos de declaração acolhidos sem efeitos modificativos (EDcl no AgInt no REsp 1589590/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 23/08/2016).

Na hipótese dos autos, as insurgentes alegam a existência de omissão, em virtude da ausência de manifestação acerca dos honorários recursais em decorrência do êxito obtido no recurso especial, o qual foi parcialmente provido.

De fato, verifica-se a omissão, que deve ser sanada.

Contudo, tendo em vista a mínima alteração do julgado, o qual somente modificou o termo inicial dos juros de mora, para que incida a partir do trânsito em julgado, não são devidos honorários recursais aos advogados das recorrentes, motivo pelo qual mantenho os ônus sucumbenciais fixados na origem.

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, para sanar a omissão referente à manifestação acerca dos honorários recursais, nos termos da fundamentação acima.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator